

**FACULDADES INTEGRADAS SANTA CRUZ DE CURITIBA – FARESC
IN LITTERAS – REVISTA DOS CURSOS DE LETRAS E PEDAGOGIA**

**DO PICADEIRO À ESCOLA: A IDENTIDADE DA CRIANÇA DE CIRCO E OS
ASPECTOS DA EDUCAÇÃO DOS POVOS ITINERANTES**

PEDROSA, Caroline Hemanoele¹

LUTHKE, Geise Cristiane de Andrade²

Orientador: MARKOWICZ, Daniel³

RESUMO

Este artigo trata do tema “do picadeiro à escola: a identidade da criança de circo e os aspectos da educação dos povos itinerantes” tendo como objetivo conhecer a história dos povos itinerantes que apesar de estarem incluídos na mesma resolução possuem histórias distintas, por este motivo o artigo discorre sempre focando nas individualidades de seus métodos de aprender e de suas trajetórias escolares, com interesse maior na vida da criança circense, buscando entender como ocorre a formação de sua identidade social e cultural no processo de mudanças de localidades incessáveis e em contato com realidades diferentes em um curto período de tempo, conciliando a transmissão do saber circense com a aprendizagem escolar, sempre levando consigo toda uma bagagem de conhecimentos agregados, devido aos muitos lugares que percorreu essa criança. As numerosas adversidades relacionadas aos itinerantes ocasionam em algumas complicações nas matrículas, com isso o ensino no Paraná tem sido integrado a um sistema de rendimento escolar facilitando as documentações no ato da matrícula até sua transferência para outra escola, fazendo com que o aluno não perca dias letivos por motivos burocráticos, dispondo de um aproveitamento maior até se realocar em uma nova instituição de ensino. As divergências e similaridades entre teoria e práticas são apresentadas neste artigo, com o objetivo de gerar uma discussão e um repensar sobre o tema, esclarecendo algumas convicções precipitadas carregadas pela falta de informação, durante a história. A metodologia de pesquisa utilizada é a qualitativa, buscando referenciais bibliográficos para embasar a teoria juntamente com a absorção de dados em forma de entrevista, pois a mesma proporciona um contato direto com a realidade e identidade circense.

Palavras-chave: Educação itinerante. Inclusão. Criança Circense.

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

² Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

³ Doutorando e Mestre em educação pela Universidade Tuiuti do Paraná, professor das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

Denota-se que a educação da criança itinerante não é um tema comumente abordado, com isso este artigo busca apresentar um breve contexto histórico acentuando as particularidades da educação dos seguintes povos itinerantes como os ciganos, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), teatro mambembe, trabalhadores de parques de diversão, indígenas e artistas circenses, abordando com maior ênfase as crianças de circo e a construção de suas identidades.

A partir deste entendimento este artigo buscará demonstrar as dificuldades e a importância deste tema, pois ocorre uma escassez de pesquisas nesta área. Estas crianças além das constantes mudanças, com familiares, tentam preservar ao máximo sua cultura e identidade social, sofrendo muitas vezes preconceitos e exclusão por parte da escola devido ao despreparo dos profissionais e falta de informação circular. Percebe-se que crianças itinerantes estão presentes nas escolas fazendo parte da cultura local, com isso a necessidade desta pesquisa, para que se conheça a realidade sociocultural dessas crianças, expondo de que maneira os professores, pedagogos e diretores devem recepcioná-las, incluindo-as no contexto escolar, fazendo com que se sintam parte do processo educativo, o qual para elas, muitas vezes, torna-se um transtorno, principalmente ao fato de precisar se adaptar em um novo ambiente.

Realçando a criança circense, por ser pouco discutido e entendido pela sociedade em geral, esta pesquisa buscará um novo olhar para a identidade social e cultural dessas crianças de circo, observando de que forma ocorre a inserção da criança no âmbito escolar, tendo uma percepção das convergências e contradições enfrentadas ao decorrer de sua trajetória de vida.

Neste cenário o artigo tem como questão problema, a trajetória escolar da criança itinerante com enfoque na criança circense. Tendo em vista a questão: Como é a trajetória escolar da criança itinerante e como é formada a identidade da criança circense?

O presente artigo, tem como objetivo principal entender o contexto social e cultural da criança itinerante e a questão educacional, dando base a professores e demais educadores, esclarecendo pontos importantes que poderão auxiliar no processo educativo, facilitando e promovendo a inclusão. Além disso, ainda proporciona uma discussão sobre a história desses alunos, sua trajetória de vida, leis que permeiam a questão, e o entendimento de que a diversidade deve ser respeitada e trabalhada no ambiente escolar convencional, pois a educação é um direito de todos e sua função transformadora fazem parte do processo de formação do cidadão.

E como objetivos específicos, conceituar a história dos povos itinerantes buscando entender como funciona seus processos de aprendizagem, tendo em vista as principais

características no âmbito escolar, apresentar a identidade social do ensino itinerante da criança circense entendendo a partir da história do circo buscando preservar sua cultura, demonstrar a real educação e por fim analisar o discurso legal que engloba a realidade escolar.

A metodologia utilizada foi por meio da leitura e da análise de textos e materiais bibliográficos sobre os temas, inclusão, diversidade cultural e de algumas leis que tratam a questão. Paralelamente à pesquisa bibliográfica, foi realizada uma entrevista com moradores do circo, para aprofundar o tema e conhecer a veracidade que enfrentam no seu cotidiano, incluindo dificuldades, preconceitos e demais adversidades, bem como fazendo uma análise sobre o cumprimento da lei e o que ela colabora com o dia-a-dia das famílias circenses.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO EDUCACIONAL DO POVO ITINERANTE

No Brasil, até recentemente, não havia nenhuma lei ou resolução que se aplicasse especificamente à educação da criança itinerante, todavia, hoje pode-se encontrar mais documentos que abordam esse tema, procurando definir os indivíduos que se enquadram nesse grupo de itinerantes.

Nota-se a importância do parágrafo único da resolução, onde entende-se por povo itinerante aquele que vive em constante mudança, independente das causas, sendo elas cultural, social e econômica, exercendo algum tipo de trabalho, tendo por base a Resolução nº 3, de 16 de maio 2012.

Art. 1º As crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância deverão ter garantido o direito à matrícula em escola pública, gratuita, com qualidade social e que garanta a liberdade de consciência e de crença.

Parágrafo único. São consideradas crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância aquelas pertencentes a grupos sociais que vivem em tal condição por motivos culturais, políticos, econômicos, de saúde, tais como ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, circenses, artistas e/ou trabalhadores de parques de diversão, de teatro mambembe, dentre outros (BRASIL, 2012, p. 1).

Dentre os grupos dos itinerantes estão os ciganos um dos mais conhecidos popularmente. Segundo o documento orientador para os sistemas de ensino, ciganos tiveram sua origem na Índia, e imigram pelo mundo há muitos anos (BRASIL, 2014).

Quando se fala na educação das crianças ciganas temos uma defasagem em relação à continuidade nos estudos, devido à falta de informação na obrigatoriedade da matrícula na educação básica.

Apoiado em Simões e Juliano (2012) sabe-se que o povo cigano, considera de suma importância saber ler e escrever, tendo domínio nas operações matemáticas básicas, por

culturalmente desenvolverem atividades comerciais, esses conhecimentos se tornam imprescindíveis. Os ciganos entendem que a partir do momento em que o conhecimento básico é adquirido a evasão faz-se eminente, tendo como resultado a não efetivação do ensino.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) enquadrando-se no conceito de itinerância e seus membros acreditam em uma educação embasada prioritariamente na vida dos acampamentos, seguindo princípios filosóficos e educacionais específicos às suas convicções ideológicas [...] tratam da visão de mundo, das concepções gerais em relação à pessoa, à sociedade e à educação e são os fundamentos dos objetivos estratégicos do trabalho educativo do MST [...] (CAMARGO *et al*, 2014, p. 40).

O autor ainda depreende que a educação do MST é pautada na coletividade e cooperatividade, colocando em seus doutrinamentos uma essência de valores socialistas, sendo uma formação militante do movimento, pois eles entendem que a criança já deve ser educada e ensinada de forma a lutar pelas causas do movimento, embasando-se na pedagogia de Paulo Freire, buscando ensinar a partir do contexto social e cultural onde o indivíduo encontra-se inserido (CAMARGO *et al*, 2014).

A grande maioria das crianças que fazem parte do movimento não frequentam a escola regular, as escolas dos acampados, assim popularmente conhecidos, não seguem a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), recebendo superficialmente o acompanhamento do Ministério da Educação (BASSO, 2017).

Outro grupo classificado como itinerante é o teatro mambembe, este teatro origina-se no circo, por isso, também conhecido como circo-teatro. Uma de suas características seria levar o teatro até o público e não o oposto que é o comum. Suas apresentações variam de regiões e estados passando por vários lugares, com isso a educação das crianças varia, dependendo se ela se encontra em uma situação de itinerância ou não (SANTOS, 2009).

Outra questão de itinerância engloba a questão dos parques de diversão, os quais tiveram sua origem na Europa, e se tornaram espaços de lazer onde a população comprava ingressos, o que os possibilitavam de dispor de alguns entretenimentos, com ascensão nas feiras comerciais no século XIX (SEDGHI, 2016).

As crianças, filhos dos trabalhadores de parques de diversão itinerantes, apresentam uma educação variada por estudarem em diversas escolas em um curto período, por isso encontra-se alguns casos de repetência escolar, segundo relatos retirados da Revista Eletrônica Beta Redação (2017).

O povo indígena apesar de estar inserido na resolução, não se caracteriza por mudanças territoriais constantes, contudo encaixa-se como um povo itinerante no sentido social e econômico.

O ensino para os índios no Brasil tem um extenso caminho, desde o início pretendia-se colonizar com um padrão prevalecente, distante de sua cultura, forçando-os com o objetivo de povoar, integrados a um conceito cultural diferente ao seu. Contudo certos de seus costumes e maneira de se viver, os índios sustentaram desde o início da relação com os europeus, um modo único de ensino que se apresentou de forma indevida para a realidade escolar, dado que nos grupos habituais indígenas, a convicção do universo, do ser humano e os povos encontram-se coletivamente unidos, apresentando uma valorização da natureza como parte fundamenta de sua existência. (BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010)

Para os índios o conhecimento é alcançável, segmentado por níveis de aprendizagem que aumentam, e jamais por uma aprendizagem fracionada como acontece a transferência do conhecimento no padrão ocidental. Nos dias atuais, os índios aparecem com três tópicos fundamentais que correspondem a um todo didático: racionamento de mutualidade; o lar, como lugar didático, em conjunto com o grupo familiar, a crença, isto é, o pensamento representativo do conjunto, representada nas cerimônias e nas mitologias. A oralidade e os ensinamentos dos mais velhos ainda se fazem presentes e consideradas significativas para manter a cultura e o conhecimento das comunidades indígenas, pelas quais os seus líderes lutam pela sua preservação e pelas suas terras.

Seguido do contexto histórico desses povos itinerantes, identifica-se as similaridades e distinções em suas histórias, maneiras de aprendizagem e transmissão do saber.

3 A HISTÓRIA DO CIRCO E SEU PAPEL NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA CIRCENSE

Entender como iniciou a história do circo fará adentrar em um universo de cultura e arte, compreender melhor toda trajetória da criança de circo e sua identidade em um contexto histórico, percebendo a real importância para os circenses a educação formal não deixando de lado sua cultura.

3.1 A ARTE E CULTURA NO PICADEIRO

Castro (2005, p. 57), no ano de 1768 Philip Astley (1742-1814) montou um teatro que utilizava-se pela manhã para dar aulas de hipismo, e realizava equestres a tarde, Astley trouxe um conceito que inovaria os espetáculos “[...]num picadeiro de 13 metros de diâmetro mesclou exercícios equestres com as proezas dos artistas de feira[...]” pesquisas concedem a Astley a ideia de transformar em círculo o local de suas apresentações, fazendo com que

houvesse um movimento com o público, trazendo as antigas arenas gregas e praças públicas circulares.

Sabe-se que o inglês Philip Astley deu origem aos espetáculos com diversas atrações, mas para melhor conhecermos a arte do circo “deve-se entender e denotar a perfeição dos vários povos como [...] chineses, indianos, egípcios, russos, ucranianos, ciganos, astecas e tantos outros povos considerados exóticos” (CASTRO, 2005, p. 65).

A arte do circo pertence de um grande cenário, que detém particularidades de diversos territórios, povoados, e países específicos. Por agregar em uma mesma apresentação diferentes métodos, não se pode identificar a fonte legítima de cada componente do circo. (KIGNEL, CARNEIRO, 2014).

São encontrados registros de malabaristas nas pirâmides egípcias; números de contorção faziam parte de rituais sagrados na Índia; havia grandes espetáculos na Grécia...Diversas culturas influenciaram os espetáculos circenses. O que se sabe é que as variadas técnicas são encontradas nas mais distintas tradições. (KIGNEL; CARNEIRO, 2014, p. 14).

De acordo com Kignel e Carneiro (2014) o povo de circo foi precursor a se instalar em cidades de todos os tamanhos, utilizando-se de terras desocupadas ou da praça local, com seus espetáculos modificavam o ambiente. Através deste modo de vida itinerante os circenses levam sua arte por todo o mundo e o conhecendo-o também. Com isso os artistas buscavam uma adaptação de acordo com os ambientes que transitavam.

Segundo Abreu e Silva (2009), os circenses passam a ser famosos como nômades, por residirem em armações no mesmo local do circo, conservando a transferência falada do conhecimento, não dispoem de um registro normativo formal, como se presume nos lugares avançados, estruturados autoritariamente.

Ainda de acordo com os autores, com a forma de se organizar o trabalho no circo e a maneira de se aprender, permaneceu com suas individualidades desde o seu início até os dias atuais: “a transmissão oral do conjunto de saberes e práticas de geração a geração; saberes que davam conta da vida cotidiana, capacitação e formação dos membros do grupo”, os conteúdos referiam-se também a instrução da cultura das localidades, os primeiros contatos com a alfabetização e os métodos de deslocamento do circo. (ABREU; SILVA, 2009, p. 25)

Por volta do século XIX, surgem os primeiros circos no Brasil, vindo da Europa, as famílias circenses percorreram a América do Sul acomodando-se no Brasil, onde alguns aqui se estabilizaram constituindo famílias, dando início a tradição circense brasileira, conforme afirma Macedo (2008).

Menciona-se que grande parte dos artistas de circo chegaram com suas famílias, boa parte provenientes da Europa, porém, muitos não possuem uma precisão ao identificar sua naturalidade, visto que, como nômades, exibiam seus espetáculos em diversos territórios, relacionando-se de formas individuais aos lugares em que transitavam. Em algumas circunstâncias se é capaz de encontrar sua descendência; no entanto, os diversos antepassados nativos de locais variados terminam por estabelecer a família como modelo principal, acima de seu lugar de origem. (SILVA, 2007)

Ainda de acordo com Silva (2007), a coabitação e a troca entre os componentes e os indivíduos que integram o circo no fim do século XIX, como se nota na maneira que exibiam seus espetáculos, algumas apresentações permaneceram e outras se alteraram, onde os artistas do circo duplicaram, absorveram, adequaram, produziram e apoderaram-se das vivências, tornando-se criadores e propagadores dos vários procedimentos culturais já gravados ou que surgiram nesta época, colaborando com a construção do dialeto das inúmeras elaborações da cultura no passar do século XX.

Aguçando a imaginação e criatividade o circo atraía e ainda atrai mais pessoas, tendo uma estrutura moderna que sofreu algumas alterações ao decorrer da história se ajustando a modernidade. O circo nem sempre teve um caráter itinerante, o mesmo tinha o perfil fixo “paulatinamente, ele foi deixando de ser um espetáculo que se realiza apenas em espaços fixos para adquirir característica hoje bem conhecida itinerante” (MACEDO, 2008, p. 44).

Conforme citado por Macedo (2008) o circo se locomove com frequência decorrendo de lugares diferentes tendo por característica a vida itinerante devido à falta de público em cidades menores, sempre dependendo do público do local escolhido para a realização dos espetáculos.

Ainda fundamentado por Macedo (2008), sabe-se que o circense, que em outros países da Europa dispunham de uma estrutura melhor, no Brasil não obtiveram a mesma estabilidade a que estavam acostumados, se apresentando em terrenos vazios.

Quando se fala da criança de circo nômade, é característico que sua educação não se restrinja a uma única escola ao decorrer de um ano, fazendo com que eles mudem com muita frequência, com isso está criança circense carrega consigo a marca de sua identidade nômade. (XAVIER, SANTOS, 2009).

3.2 A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA CIRCENSE

Com base nos autores Abreu e Silva (2009) entre os anos de 1940 e 1950 a família circense passou a se preocupar mais com o ensino regular, desfocando-se dos ensinamentos tradicionais do circo que vinha passando de geração a geração até aquele momento.

Ao entender-se um pouco sobre a educação da criança circense torna-se imprescindível tratar do caráter itinerante, pois o mesmo influencia em seu ensino diário. A diversidade cultural é uma característica histórica do circo, mostrando que o aspecto itinerante os conduz a uma fonte de incitação gerando um progresso de aprendizagem dessas crianças (MACEDO, 2008).

Percebe-se a real importância, das instituições de ensino quanto à conciliação do ensino formal com a cultura da criança de circo, cabe aos docentes de modo geral se atentarem a resolução. “Art. 2º Visando à garantia dos direitos sócio educacionais de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância os sistemas de ensino deverão adequar-se às particularidades desses estudantes” (BRASIL, 2012, p. 1). Com isso, observa-se que o aluno circense necessita de um ensino diferenciado, onde ocorra atendimento de maneira inclusiva, tratando-se de crianças itinerantes as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2), considera portador de necessidade educacional especial todo aluno que apresenta:

- I - Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:
 - a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;
 - b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;
- II - Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
- III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (BRASIL, 2001, p. 2).

Segundo Xavier e Santos (2009), considera-se que a criança circense, por prazo indeterminado, demonstra obstáculos no decorrer de sua aprendizagem escolar, visto que a modificação de instituição escolar é ininterrupta, isso a caracteriza como uma criança NEE e que precisa de um suporte especial, conforme as singularidades de cada situação.

Entretanto, afirmam que na execução, não se vê isto com frequência, especialmente no momento em que vemos “a diversidade cultural ocorrendo num mesmo espaço territorial” (TURA, 2000, p. 31). Constata-se, que as desigualdades culturais acabam sendo barreiras para a concretização de uma educação apropriada e a incompreensão da verdade alheia, uma barreira para o aprender do aluno (XAVIER, SANTOS, 2009).

Diante dessas desigualdades culturais na educação, Paulo Freire, que detém um conhecimento empírico com relação ao assunto, afirma:

Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las e se não as escuto, não posso falar com eles, mas a eles, de cima para baixo. Sobretudo, me proíbo entendê-los. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me escutá-lo ou escutá-la. O diferente não é o outro a merecer respeito é um isto ou aquilo, destratável ou desprezível (FREIRE, 1996, p. 62).

O educador precisa buscar conhecer o meio em que o aluno encontra-se inserido, o ambiente em que o mesmo está integrado, baseando-se nesse conhecimento previamente adquirido é que a educação vai se tornar efetiva, o professor com um olhar holístico na vivência desta criança.

Porém, observa-se um contexto diferente na realidade, onde o professor e a escola não demonstram efetiva importância em entender este contexto social e cultural destes alunos, como percebe-se na fala de Silva:

Sempre ouvimos as histórias de circo, víamos fotografias ou recortes de jornais, mas não havia um livro para ler, assim como não havia nada semelhante a essas histórias em nossos livros escolares. Tratava-se da história do “povo do circo” que ninguém mais conhecia (ABREU; SILVA, 2009, p. 26).

Devido a fala de Silva denota-se que o aluno nem sempre encontra na escola matérias com que ele se identifique, sendo assim é significativo que se faça uma correlação entre a realidade da criança circense junto a história e cultura na escola.

Deste modo deve-se considerar as leis que amparam e auxiliam no processo educacional e familiar das crianças itinerantes.

4 O DISCURSO LEGAL: SUAS CONVERGÊNCIAS E CONTRADIÇÕES COM A REALIDADE

A legislação vigente que engloba os direitos e deveres dentro do contexto escolar dos povos itinerantes é necessária para que haja um entendimento, em todo o território nacional e sejam mantidos os princípios, promovendo-se assim uma educação igualitária e socialmente eficaz.

Na busca de se garantir alguns direitos e preservar a cultura dos povos itinerantes foi criada a Resolução nº 3, de 16 de maio 2012, que promove o direito dessas crianças itinerantes.

Para entender melhor a inter-relação e identidade dessas crianças em período escolar, foi realizada uma entrevista com seus responsáveis, no segundo semestre do ano de 2018, na cidade de Curitiba, Paraná. Fica definido que o circo e as pessoas entrevistadas, bem como as

instituições de ensino serão identificados a seguir, com codinomes Mar e Sol ou letra Z, para que se preserve assim a identidade das mesmas e suas particularidades.

No circo em questão a faixa-etária das crianças e jovens variam entre nove meses a vinte e dois anos, geralmente colocadas em escolas públicas, o ano escolar depende da idade (Informação verbal)⁴.

O circo percorre em torno de dezoito cidades por ano com aproximadamente duas escolas por mês, variando assim de vinte a vinte e sete escolas anualmente. A primeira ação tomada pela família ao se instalar em uma cidade é identificar se há uma escola próxima à localidade do circo com o intuito de se perder poucos dias letivos durante a troca de cidades, se não encontrada, buscam a Secretaria da Educação a qual os direciona a uma instituição, onde se é levado os documentos necessários para a realização da matrícula “[...] desde o histórico, registro, carteirinha de vacinação, tudo que eles pedem a gente leva, a gente vai preparado [...]”, neste trecho fica notório a preocupação dos responsáveis em regularizar a situação escolar, mantendo a documentação sempre organizada (SOL, 2018, p. 2).

Quando encontrado hostilidade no ato da matrícula as famílias itinerantes tem como apoio o art. 3º da resolução.

Art. 3º Os sistemas de ensino, por meio de seus estabelecimentos públicos ou privados de Educação Básica deverão assegurar a matrícula de estudante em situação de itinerância sem a imposição de qualquer forma de embarço, preconceito e/ou qualquer forma de discriminação, pois se trata de direito fundamental, mediante auto declaração ou declaração do responsável. (BRASIL, 2012, p. 1)

De maneira geral relatam que a recepção ocorre de modo adequado quando se apresentam em uma instituição, porém sabe-se que em alguns lugares do Brasil ainda encontra-se barreiras, conforme esse relato, transcrito exatamente como a declaração da entrevistada em questão:

[...] mesmo existindo a lei que permite a criança estudar, que nos ampara né, eles sentem dificuldade porque criança de circo quando chega pra escola se torna, como eles falam, um abacaxi, porque eles tem que fazer toda a documentação e como é provisório eles tem que dar também o histórico já com as notas tudo na saída né ou então a transferência pra um outro lugar que já fica tudo certinho[...] (SOL, 2018, p.1).

Ao ser indagada sobre os preconceitos e complicações encontrados a partir de relatos previamente lidos em livros e artigos que detalham a vida circense, deduziu-se que havia diversas dificuldades envolvendo a família e a criança de circo na escola, a entrevistada

⁴ Entrevista concedida por SOL. Entrevista I. [out. 2018]. Entrevistadoras: Caroline Hemanoele Pedrosa e Geise Cristiane de Andrade Luthke. Curitiba, 2018.1 arquivo. mp3 (15 min.).

afirma que encontram algumas adversidades, contudo esses contratempos são eventuais sendo assim irrelevantes, eles rompem as barreiras, evidenciando a existência da lei, garantindo assim a matrícula.

A mesma esclarece que era constante o preconceito quando haviam animais no circo, “[...] as crianças sofriam muito preconceito, é porque diziam que eles eram filhos de gigolô de circo que pegavam os animais para ganhar dinheiro, eles queriam bater nas nossas crianças dentro da sala de aula [...]”, com isso muitos dos jovens desistiam dos estudos por causa dos insultos. Sol destaca que esses insultos eram derivados da falta de informação, gerados muitas das vezes pelos meios de comunicação, na Resolução nº 3, de 16 de maio 2012, dispõe em seu art. 9º parágrafo 2º: (SOL, 2018, p. 1).

§ 2º O atendimento sócio educacional ofertado pelas escolas e programas educacionais deverá garantir o respeito às particularidades culturais, regionais, religiosas, étnicas e raciais dos estudantes em situação de itinerância, bem como o tratamento pedagógico, ético e não discriminatório, na forma da lei. (BRASIL, 2012, p. 2)

Observa-se a relevância da resolução, pois quando relacionada a fala de Sol, que destaca a cultura diversificada devido ao estilo de vida itinerante onde a partir disso, “[...]eles vão aprendendo culturas diferentes e eles vão ficando muito inteligentes[...]” (SOL, 2018, p. 2).

No âmbito atual, a família do circo Z é bem recebida pelas instituições de ensino, pois as crianças e jovens de circo representam alegria, se tornando uma atração na escola, fazendo assim muitas amizades. O circo costuma realizar matines com os alunos da escola onde seus filhos estão matriculados, o circo tem o cuidado de fazer um preço acessível, onde até os menos favorecidos possam apreciar o espetáculo, por esse motivo os alunos passam a reconhecer as crianças de circo como artistas, tornando-os ainda mais admirados pela escola.

Com relação às mudanças que tornariam o atendimento mais ágil e agradável para as crianças circenses Sol evidencia que, uma recepção mais calorosa por parte da escola dispendo de um tratamento igualitário tanto em relação a receptividade como nas disciplinas no currículo escolar.

Uma das barreiras que começam a ser superadas no Estado do Paraná é a burocracia na documentação escolar, pois já está em vigor o Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) que tem como objetivo facilitar os procedimentos de entrada e saída dos alunos, os quais anteriormente se submetiam a prazos prolongados. No momento atual é constituído “pelo Sistema Escola Web, Sistema Seja e um Banco de Dados Central” (PARANÁ, 2018), que mantém informações elaboradas pelas instituições de ensino, o Sere é usado

integralmente pelas escolas estaduais, quase todas as escolas municipais, e várias escolas particulares. As instituições que fazem uso do Sere têm suas informações transferidas para o Sistema Educacenso Censo Escolar⁵ esquivando-se da necessidade de refazer o cadastro dos alunos e de registrar o fluxo de informações e aproveitamento escolar. Diante disso, observa-se que esse sistema diminuiu a burocracia para as crianças que frequentam a escola regular e ainda mais para as crianças de circo que estudam em mais de uma escola por ano.

Para demonstrar as dificuldades encontradas nas transferências escolares antes desse sistema entrar em vigor, Mar alega:

[...] meu filho estava estudando na escola Y que era a única escola de Curitiba que não era integrada ai o circo foi embora ai ele ficou sem aquele documento de matricula o tempo inteiro, por seis cidades ai vai pegando só avaliação, agora compete a nós pegar esse documento e ir de escola em escola pra poder deixar correto os documentos em cada cidade que o circo passar (MAR, 2018, p. 3).⁶

Algum tempo atrás os documentos de matricula eram entregues com falhas e por esse motivo muitas vezes eram obrigados a retornar nas escolas, de longas distâncias com o intuito de corrigir a documentação, isto ocorria pelo despreparo de alguns profissionais das escolas, contudo, como colocado acima, esse problema vem sendo superado.

O procedimento de pedido de transferência escolar realizado pelos responsáveis inicia-se com no mínimo uma semana de antecedência para que a escola possa preparar toda a documentação necessária “[...] eles já preparam o histórico, prepara as notas[...]” quando as crianças não se encontram em período de avaliações a escola organiza e concede a matéria ensinada até o momento contendo um demonstrativo desse conteúdo junto ao histórico escolar para facilitar a matricula na próxima escola, percebe-se a inovação e evolução nos tramites da documentação facilitando esse processo, com isso o circo que sempre teve um olhar para a educação de seus filhos e tem recepcionado esse novo modelo de forma aprazível e significativa. (SOL, 2018, p. 3).

Um dos tabus a respeito dos circenses seria a falta de interesse pela educação formal, mas ao adentrar neste universo do circo percebe-se que além do vasto conhecimento cultural, eles também priorizam a educação escolar de seus filhos. O ensino do português é de extrema relevância para os circenses.

⁵ O Educacenso é uma radiografia detalhada do sistema educacional brasileiro. A ferramenta permite obter dados individualizados de cada estudante, professor, turma e escola do país, tanto das redes públicas (federal, estaduais e municipais) quanto da rede privada. Todo o levantamento é feito pela internet.

⁶ Entrevista concedida por MAR. Entrevista I. [out.2018]. Entrevistadoras: Caroline Hemanoele Pedrosa e Geise Cristiane de Andrade Luthke. Curitiba, 2018.1 arquivo. mp3 (15 min.).

[...] que nem uma peça de teatro no circo, aí como é que o menino vai chegar “e aí véio?” Como que meu filho faz isso no picadeiro numa peça de teatro “e aí véio?”, tem que saber a gramática tem que saber o português correto isso no circo é muito importante[...] (MAR, 2018, p. 4).

Ao conhecer a história dos circenses denota-se claramente a importância do estudo para suas apresentações, e vida social fora da lona. Fica claro também, através dessa entrevista que a falta de conhecimento gera o preconceito, o que pode atrapalhar o processo de ensino aprendizagem. Percebe-se inclusive, que com um sistema tecnológico acessível, houve uma facilidade com relação ao processo burocrático de inclusão, mas mesmo assim, a falta de informação por parte dos demais alunos, ou até mesmo de alguns profissionais da comunidade escolar, ainda podem comprometer a efetividade do ensino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou o contexto histórico de alguns dos povos considerados itinerantes juntamente com a maneira de cada um aprender, tanto a aprendizagem formal, quanto a passada oralmente de geração em geração que é extremamente comum nos povos com o estilo de vida itinerante. O enfoque da pesquisa se estabeleceu na criança circense, buscou conhecer sua realidade e com isso entender a construção de sua identidade, para isso foi apresentado suas origens, seu modo de vida, de que modo transcorreu as mudanças dentro do circo e a modificação de como era visto diante da sociedade.

O artigo tem como base problemática conhecer a trajetória escolar da criança itinerante assim como sua identidade, onde se observou diversas dificuldades e preconceitos relacionados ao seu estilo de vida, dificuldades essas que são superadas constantemente, desde o início de sua história até os dias atuais.

Nota-se que não há muitos estudos sobre a educação itinerante e por esse motivo ocorre um preconceito pela falta de conhecimento, porém ao se adentrar nesse universo dos povos itinerante em especial os circenses, descobriu-se uma rica cultura na qual as crianças são envolvidas dispondo de um saber multicultural e conhecimentos a partir de suas vivências, apesar de ainda haver casos de preconceito, o circo Z relata boas experiências ao chegarem nas escolas, sendo isto uma descoberta pasmosa derivado de leituras que contrapunham esta afirmação, denota-se que mesmo com lentidão o processo de aceitação tem ocorrido por parte da sociedade.

Precisa haver um prosseguimento nesta pesquisa com relação à educação dentro das escolas, os métodos utilizados pelos professores ao incluir e entender o cenário existente dessas crianças no ambiente escolar, precisa ir além, ocorrendo de fora para dentro dos muros

da escola, entender a realidade histórica de cada povo itinerante e sua cultura para assim melhor atender as necessidades individuais de cada criança itinerante.

REFERÊNCIAS

ABREU, Luís Alberto; SILVA, Ermínia. **Respeitável público...** O circo em cena. Rio de Janeiro: Funarte, 2009.

BALANDIER, Georges. **A desordem:** elogio do movimento. Trad. Suzana Martins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BASSO, Murilo. Escolas do MST: autonomia a serviço da “pedagogia socialista”. **Gazeta do Povo**, 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/escolas-do-mst-autonomia-a-servico-dapedagogia-socialista-c0y4qjdc2cy4nfs09ewgw472/>. Acesso em: 13 out. 2018.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida, MEDEIROS, Juliana Schneider. **História, memória e tradição na educação escolar indígena:** o caso de uma escola Kaingang. São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882010000200004. Acesso em: 26 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **“Ciganos”:** Documento orientador para os sistemas de ensino. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/copy_of_secadi_ciganos_documento_orientador_para_sistemas_ensino.pdf. Acesso em: 07 set. 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de setembro de 2011. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. Resolução nº 3, de 16 de maio 2012. **Define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância.** Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10770-rceb003-12-pdf-1&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01 jun. 2018.

CAMARGO, Clarice Carolina Ortiz de; RICHTER, Leonice Matilde; MENDES, Rafael Martins; FERREIRA, Sirlei Aparecida Martins. Concepção de educação do MST: uma análise a partir da ANPED. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, 2014, p.40. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/viewFile/24854/14613>. Acesso em: 06 out. 2018.

CASTRO, Alice Viveiros de. **O Elogio da Bobagem:** palhaços no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: Editora Família Bastos, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KIGNEL, Giulia Nina Cooper; CARNEIRO, Maria Fernanda Vieira. **Baú circo no beco:** histórias de um picadeiro a céu aberto. São Paulo: Editora Arvoredo. Funarte, 2014.

MACEDO, Cristina Alves de. **Educação no circo:** Crianças e adolescentes no contexto itinerante. Salvador: Quarteto, 2008.

MAR; SOL. **Entrevista I:** Concedida a Caroline Hemanoele Pedrosa e Geise Cristiane de Andrade Luthke. Curitiba, Paraná, 22 out. 2018.

MENEZES, Lidiane. A vida em um parque de diversões. **Beta Redação, 2017.** Disponível em: <https://medium.com/betaredacao/a-vida-em-um-parque-de-divers%C3%B5es-5820132df36c>. Acesso em: 13 out. 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Portal Dia a Dia Educação. **Sistema Estadual de Registro Escolar.** Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=598>. Acesso em: 03 nov. 2018.

SANTOS, Elaine dos. Das origens do teatro clássico à tradição mambembe: considerações sobre o teatro da família Benvenuto de Almeida. **Revista Unioeste** v. 3, n. 2, 2009. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3333/2634> . Acesso em: 13 out. 2018.

SEDGHI, Sarra. Time Travel: The History of Amusement Parks. **Revista Paste Magazine,** 2016. Disponível em: <https://www.pastemagazine.com/articles/2016/01/time-travel-the-history-of-theme-parks.html> .Acesso em: 10 nov. 2018.

SILVA, Ermínia. **Circo-teatro:** Benjamim de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil. São Paulo: Altana, 2007.

SIMÕES, Silva Régia, JULIANO, Dilma Beatriz Rocha. **Educação cigana:** escola para ciganos ou escola com ciganos? Santa Catarina, 2012. Disponível em: http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/simfop/artigos_IV%20sfp/_S%C3%ADlvia_Sim%C3%B5es.pdf. Acesso em 29 set. 2018.

TURA, Maria de Lourdes Rangel. **O olhar que não quer ver:** histórias da escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

XAVIER, Gláucia do Carmo; SANTOS, Anderson Avelino de Oliveira. Exclusão escolar e a criança de circo. **Revista Eletrônica de Educação,** v. 3, n. 2, nov. 2009. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/49/64>. Acesso em: 25 ago. 2018.